

Expansão Hidrelétrica no Período 2003 -2006: Conflitos Sociais e Institucionais em Novas Represas e nas Concessões Leiloadas

Mestranda Maria Fernanda Bacile Pinheiro e prof. Dr. Arsênio Oswaldo Sevá Filho
Curso de Pós-graduação em Planejamento Energético / FEM / Unicamp

Resumo: Apresentamos um panorama recente da expansão hidrelétrica, analisando seis das obras inauguradas entre 2003 e início de 2006, em meio a situações de conflito social e institucional, especialmente porque as represas se formaram ainda com muitas pendências. Também foi feita uma síntese do último leilão de energia futura, em 16.12.2005, que teve sete eixos leiloados e dez excluídos, por não terem obtido a Licença Prévia. Pode-se deduzir que os aproveitamentos hidrelétricos são tratados como se fossem obrigatoriamente feitos, algum dia, todos os que foram um dia inventariados. Também ficou evidente que os movimentos sociais e ambientais, Promotores Públicos, são vistos por dirigentes de governo e de empresas como “entraves”.

1. Retrospectiva das dificuldades. Retrospectivamente, podemos iniciar nossa avaliação em 1995 quando assume o governo Cardoso – Maciel, decidindo pela extinção do antigo DNAEE¹ e realizando as últimas concorrências para hidrelétricas: três delas até 1996, quatro em 1997 [as maiores no rio Tocantins: Canabrava, 450 MW, GO e Lajeado, 850 MW, TO]. Depois, a nova agência ANEEL passou a promover leilões: seis novas concessões em 1998, cinco em 1999, onze concessões no ano de 2000, e quinze em 2001! Em três casos, foram leiloados dois eixos ou três eixos juntos, alegando-se tratar de um *complexo hidrelétrico*, usinas “vizinhas” a serem construídas e operadas pelo mesmo concessionário. Em 2002, o número de eixos leiloados cai para sete, dos quais o problemático projeto Estreito, 1.100 MW, no rio Tocantins (TO/MA), e, uma estranha coincidência, cinco projetos bem próximos, no Sudoeste goiano: dois no rio Verde, dois no rio Claro, um no rio Corrente (ALVES, J. M., 2005).

Se hoje a situação é claramente tensa, complicada em boa parte destes “eixos”, isto vem também de seqüelas da passagem de comando, da estrutura antiga (DNAEE, GCOI, CCPE) para a atual (ANEEL, ANA, ONS)². Herança maldita, sem dúvida, mas apenas do ponto de vista das populações regionais atingidas e dos defensores da integridade dos rios e dos outros usos das terras ribeirinhas, e não para as hostes governamentais e empresariais. Pois bem, no terceiro ano do governo Lula- Alencar, a garantia do fornecimento futuro de eletricidade dependeria então dos tais vinte e um projetos que estavam “*em vermelho*”.³ A então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, afirmava que “*destravar*” os projetos era o seu maior objetivo⁴. A postura ministerial e da ANEEL considera que os eixos foram selecionados com critérios adequados – sem que tais critérios sejam conhecidos fora de um círculo fechadíssimo, dentro da própria ANEEL e das empresas de consultoria, esse poder pouco visível da Engevix, da Themag, da Promon, da Natron, do CNEC, da Jaako Poyry, e outras. De fato, dentre dezenas de projetos de usinas hidrelétricas cuja concessão foi contratada desde 1996, muitos estão paralisados em função de

1)problemas judiciais, 2)negativa ou cancelamento de licença ambiental, 3)desentendimentos financeiros e comerciais envolvendo os vencedores dos leilões e, 4)problemas regulatórios do mercado de eletricidade.

Nos demais projetos, aqueles que aparentemente “deram certo”, a fase final da implantação foi e ainda é palco de conflito sociais, econômicos, jurídicos. “Encher o lago” requer o fechamento dos túneis ou das adufas de desvio, e é sempre um ato de força, mesmo que circunstancialmente legítimo, caso tenha sido outorgada a L.O. – Licença de Operação. Pois esse ato também pode estar enviesado, já que as L.P. – Licenças Prévias e as L.I. - Licenças de Instalação, ambas bem anteriores às L.O., sempre contêm condicionantes e compensações que, em geral, não vêm sendo cumpridas na sua totalidade pelas empresas. Uma lista das obras aqui analisadas foi feita, com a dimensão, a localização e as empresas relacionadas.

2. No rio Uruguai, duas décadas de conflitos. Os aproveitamentos hidrelétricos dos desníveis do rio Uruguai, e de seus principais afluentes: Chapecó, Passo Fundo, Ijuí, vêm sendo estudados desde o início do século XX. Usinhas pioneiras de poucos MW foram feitas nas primeiras décadas, para abastecer cidades gaúchas e catarinenses; na 2ª metade do século vieram as de porte médio, com algumas dezenas de MW, p.ex. a do Passo Fundo, a do Caveiras, perto de Lages. A safra dos mega-projetos de centenas, e até mais de mil MW é conhecida desde o começo dos anos 1980, somava quatro eixos no rio Canoas, três no Pelotas (formadores do Uruguai) e seis eixos na calha principal desde Machadinho até perto da fronteira tríplice Brasil - Argentina - Uruguai. Na visão do professor João MEDEIROS, da UFSC: *“Como essa seqüência de empreendimentos praticamente associa o final de um lago com o próximo barramento, é razoável admitir que nossos planejadores subordinaram não apenas as questões ambientais, mas também todos os demais possíveis usos desse patrimônio natural, ao interesse do aproveitamento hidrelétrico”*.⁵

No início da década de 1990, a única mega-obra começada era Itá, com potência prevista de 1.600 MW; paralisou no período Collor-Itamar, por razões políticas como o estrangulamento dos investimentos das estatais, e por causa do problema crescente do desalojamento dos moradores da cidade e das “colônias”. Pressão inédita foi feita para se obter re-assentamentos localizados não muito longe dali, com terras e moradias equivalentes às que seriam perdidas; eclodiu uma campanha popular “Machadinho nunca mais”, que era o segundo projeto na mira da estatal Eletrosul, então a “dona” desses dezoito eixos. Essa luta dos atingidos pelo Itá e contra as barragens no rio Uruguai levou à formação da CRAB – Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens, entidade que liderou em 1991, a criação de um movimento nacional, o MAB, junto com outras regionais similares (as do rio Iguaçu, do rio São Francisco, do Tocantins). As usinas da Eletrosul foram separadas sob o nome Gerasul, adquirida pelo grupo europeu Tractebel-Suez; no dote, estavam a obra interrompida do Itá, que foi completada, e o projeto semi-morto de Machadinho, ressuscitado e implantado. Nos leilões de 1998 e 99, entraram Campos Novos e Barra Grande; em 2001 são leiloados os eixos Foz do Chapecó e Pai Querê.

Itens do artigo onde se mencionam as **REPRESAS** formadas entre 2003 e 2006 - e - os **projetos de usinas**

| | | |
|--|------------------|--|
| na bacia do rio <u>Uruguai</u> , estados de SC e RS | | |
| 2.1. CAMPOS NOVOS Leilão 01/1998 | potência: 880 MW | consórcio CPFL e outros |
| 2.2. BARRA GRANDE Leilão 005/1999 | 690 MW | consorcio CPFL, Alcoa e outros |
| no rio <u>Doce</u> , estados de MG e ES | | |
| 3.1. AIMORÉS , autorização DNAEE, 96? | 220-330 MW | CVRD (Vale) e CEMIG |
| 3.2. CANDONGAS leilão 003/1999 | 95 / 140 MW | Alcoa-Novelis e CVRD |
| Baguari Leilão 002/2005; pot.prevista 140 MW | | Neoenergia, Furnas e CEMIG |
| municípios Periquito, Sobralia, Fernandes Tourinho, Alpercata e Iapu | | |
| rio <u>Jequitinhonha</u> , MG, | | |
| IRAPÉ leilão 005/1998 | 360 MW | CEMIG |
| rio <u>Corumbá</u> , GO, | | |
| CORUMBÁ IV leilão 001/2000 | 127 MW | CEB, CAESB, SANEAGO, CELG |
| 6. no rio <u>Paraíba do Sul</u> (RJ, MG) | | |
| Itaocara (Leilão 003/2000) – | 195 MW | Light Sinergias municípios de Itaocara e Aperibé; |
| Simplício (Leilão 002/2005) | 333,7 MW | Furnas municípios de Três Rios, Sapucaia, Chiador e Além Paraíba |
| Barra do Pomba (Projeto) | 80 MW | municípios do noroeste Fluminense, prox. de Itaocara |
| Cambuci (Projeto) | 50 MW; | municípios do noroeste Fluminense |
| 7. no rio <u>Tibagi</u> (PR) | | |
| São Jerônimo (Leilão 002/2001) | 331 MW | COPEL, SJ I&P municípios de Londrina e S.Jerônimo da Serra |
| Telêmaco Borba (Projeto) | 120 MW | município de Telêmaco Borba |
| Mauá (Projeto) | 388 MW | municípios Telêmaco Borba e Ortigueira |
| 8. no rio <u>Iguaçu</u> (PR) | | |
| Baixo Iguaçu (projeto) | 340 MW | municípios Capitão Leônidas Marques e Capanema |
| no rio <u>Chopim</u> (PR) | | |
| Salto Grande (projeto) | 53,3 MW | municípios Itapejara do Oeste, Pato Branco e Coronel Vivida |
| São João (Leilão 004/2001) | 60 MW | Enterpa Energia, municípios Honório Serpa e Clevelândia |
| Cachoeirinha | 45 MW | leiloado como “complexo”, mesma empresa e municípios que S. João |
| 9. no rio <u>Ijuí</u> (RS) | | |
| Passo São João (Leilão 002/2005) | 77 MW | Eletrosul, <i>municípios Dezesseis de Novembro e Roque Gonzáles</i> |
| São José (Leilão 002/2005) | 51 MW | Alusa municípios Rolador e Salvador das Missões |
| 10. no rio <u>Tocantins</u> (TO) | | |
| Ipueiras (projeto) | 480 MW | municípios Ipueiras e Brejinho de Nazaré |
| São Salvador (Leilão 004/2001) | 241 MW | Cia.Energética S. Salvador (?) municípios S.Salvador e Paranã |
| Estreito (Leilão 001/2002) | 1.087 MW | Tractebel, CVRD; Alcoa, Billiton e Camargo Corrêa; municípios Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins |
| no rio <u>Tocantinzinho</u> (GO) | | |
| Mirador (projeto) | 106 MW | mun.A.Paraíso Goiás, Colinas do Sul, Niquelândia e S.João D’Aliança |
| 11. no rio <u>Claro</u> (GO) | | |
| Itaguaçu (projeto) | 130 MW | municípios São Simão e Caçu |
| Foz do Rio Claro (Leilão 002/2005) | 72 MW | Alusa Engenharia municípios São Simão e Caçu |
| Caçu (Leilão 001/2002) | 65 MW | Alcan-Novelis municípios Caçu e Cachoeira Alta |
| Barra dos Coqueiros | 90 MW | leiloado como complexo, mesma empresa e municípios que Caçu |
| 12. no rio <u>São Marcos</u> (GO, MG) | | |
| Paulistas (Leilão 002/2005) | 52,5 MW | Furnas municípios Cristalina e Paracatu |
| Serra do Facão (Leilão 002/2001) | 210 MW | Alcoa, CBA, DME municípios Catalão e Davinópolis |
| 13. no rio <u>Aripuanã</u> (MT) | | |
| Dardanelos (projeto) | 261 MW | município Aripuanã |
| 14. no rio <u>Paraopeba</u> (MG) | | |
| Retiro Baixo (Leilão 002/2005) | 82 MW | Orteng, Furnas municípios Pompeu e Felixlândia |

De um ponto de vista simbólico, a CRAB e o MAB foram derrotados lá no seu rincão, onde nasceu a resistência aos projetos. Mas, os atingidos conseguiram se fazer reconhecidos como interlocutores pela Eletrosul quando a empresa ainda era estatal, e garantiram sua participação na reorganização produtiva dos assentados de Itá. Com a privatização, novamente subiu o tom dos enfrentamentos recíprocos, ficou evidente a falta de canais adequados para a população e seus interesses contrariados pelas obras tratarem com grandes grupos privados, os quais vencem as licitações diluídas em consórcios e sociedades onde a responsabilidade não é clara. Lemos, em uma carta da direção do MAB, de outubro de 2004⁶: *“Na região Alto Uruguai já foram construídas as Barragens de Itá, Machadinho e Quebra Queixo. Foz do Chapecó tem licença para ser construída. Ainda há Manjolinho, Bernardo José, Pai Quere, Itapiranga.... Das mais de 15.000 famílias diretamente já atingidas, 70 % delas foram ou estão sendo expulsas de suas terras e de seu trabalho sem nenhum direito a indenização”*

2. 1. Campos Novos [municípios de SC: Campos Novos, Abdon Batista, Celso Ramos e Anita Garibaldi]

O eixo Campos Novos era um barramento num ponto próximo da confluência do rio Canoas no Pelotas, com um desnível de projeto de quase 190 metros, um dos maiores do país. A represa ficaria na altitude de 660 metros, e o rio Canoas voltaria a correr na cota 472 metros. A concorrência da ANEEL em 1998 foi vencida por consórcio liderado pela VBC (Votorantim Bradesco e Camargo Corrêa, associação que há pouco tempo, havia assumido o controle da importante CPFL no interior de São Paulo). Sete anos depois, as obras chegaram no ponto de formar a represa, o quê por sua vez exige uma L.O., que deveria ser outorgada pela agência estadual catarinense, a FATMA. Restavam naquele setembro de 2005 ainda muitas indenizações e reassentamentos inexistentes ou inconclusos; aí os procuradores do MPF solicitam à FATMA que suspendesse a emissão da L.O. Mas, no jornal de Florianópolis o registro é outro⁷: *“Há pouco mais de um mês, a FATMA concedeu o Prêmio Fritz Müller de Ecologia para esta hidrelétrica (consórcio ENERCAM, praticamente o mesmo que construiu Barra Grande, consórcio BAESA), como empresa exemplar”*. Na mesma época, reuniam-se em Lages, o superintendente do consórcio, um dirigente nacional do MAB, gerente e diretor da Fatma, sob a coordenação de um Procurador da República. A direção da Enercan reconheceu que dez famílias tinham direitos, cujas indenizações já haviam sido depositadas em juízo, mas, que para as outras duzentos e quarenta famílias que exigiam indenização e ou reassentamento, não encontrou provas da sua situação de “atingidos”, e assim, cada caso seria analisado individualmente; as famílias pediam ainda ajuda de custo enquanto não estiverem produzindo nos novos lotes, e crédito para neles investir. A demanda foi levada pelo MAB até o âmbito internacional, e, em 16 de dezembro, o mesmo dia do leilão da ANEEL, novo acampamento foi armado em Celso Ramos, SC: *“Mais de mil militantes do MAB e outros movimentos receberam a visita de inspeção da relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para direitos humanos, Hina Jilani”*. Ela recebeu dossiê mencionando cento e sete pessoas processadas pela Justiça e participou de audiência pública em Campos Novos. Declarou ao fim: *“Sem*

*igualdade, não há justiça e como relatora, pretendo dar visibilidade internacional às reivindicações deles. Creio que este é o primeiro passo para que os direitos dessa gente sejam reconhecidos. E já é hora de buscar este reconhecimento".*⁸

2. 2. Barra Grande [municípios de SC : Anita Garibaldi e RS : Pinhal da Serra]

No trecho do rio Pelotas escolhido para esse aproveitamento - cujo projeto e Estudo de Impacto Ambiental haviam sido elaborados pela Engevix - previa-se um paredão na cota 480 metros, elevando a água até a cota 647 metros. Na licitação ANEEL de 1999, venceu um consórcio, com nome de fantasia BAESA, formado pela mesma VBC/CPFL da obra vizinha Campos Novos, mais Camargo Corrêa Cimentos, Alcoa e outros. Em 2004, três anos depois de iniciado o canteiro de obras, uma equipe contratada pela Baesa para o levantamento dos locais a desmatar, informa a existência de uma gleba de floresta atlântica subtropical com araucárias, com área de quatro mil hectares. Escândalo aberto, um juiz de Florianópolis acolheu petição da frente de ONGs “Rede Mata Atlântica” e da federação catarinense de ecologistas FEEC, e suspendeu liminarmente a L.O; em poucos dias, foi revogado pelo TRF 4ª Região. A direção do MAB em carta aos apoiadores da sua luta, destacava a dimensão social da expropriação⁹: *“Vejam o exemplo de Barra Grande:... nesta obra, mil famílias foram excluídas de qualquer direito. Devido à luta... foi feito um estudo, onde trezentos e cinquenta foram consideradas com direito, mas, seiscentos e cinquenta famílias tiveram novamente direito negado. ...Os agricultores atingidos pela Barragem de Barra Grande, heroicamente estão impedindo o corte de seis mil hectares de florestas na área a ser alagada”*. Em coluna prestigiada da imprensa brasileira, o diretor Carlos Miranda, da Baesa, se exime de qualquer culpa: *“Nós ganhamos uma licitação que já tinha uma licença ambiental prévia. O inventário do licenciamento prévio não acusou a existência dessa vegetação. Construímos a obra e só então fomos verificar a cobertura florestal que teria que ser suprimida. Aí o Ibama não deu a licença. Acionamos o presidente do Ibama na Justiça e foi quando apareceram os problemas”*.¹⁰ Na área, a Polícia Federal investigava se poderiam ter sido fraudadas as primeiras licenças do Ibama; o Ibama decidiu multar a Engevix em 10 milhões de reais pela fraude evidente. A BAESA fazia seu “lobby” e publicava notas pessoais dos diretores:... *“esperavam receber a L.O. nos próximos dias”*¹¹. Sua movimentação não passa despercebida dos advogados atentos¹²: *“...sendo o caso mais emblemático a hidrelétrica de Barra Grande, que ainda tramita na Justiça Federal, com ares de irreversibilidade, em face do desmatamento da floresta que avança a cada dia, autorizado pelas recentes decisões judiciais do Tribunal Federal de Recursos 4ª. Região, e da constante pressão exercida pelo empreendedor junto ao Poder Público para a obtenção da licença ambiental de operação que lhe permitirá iniciar a inundação do reservatório”*.

As ONGs da rede Mata Atlântica obtiveram nova liminar impedindo o início do enchimento da represa, revogada em julho de 2005. O caso Ibama x Engevix se arrastava até o início de 2006, a empresa de consultoria recorreu e não pagou a multa. Algo se percebe na imprensa mais especializada: *“Se fosse feita a vontade do presidente do Ibama, a empresa de engenharia responsável pelo levantamento ambiental mais equivocado da história recente do país estaria excluída do Cadastro Técnico Federal. Sem poder prestar serviços a*

nenhuma obra potencialmente poluidora, a Engevix veria ameaçados recursos da ordem de 180 milhões de dólares, isso contando apenas seus 20 principais projetos em andamento. ...Agora ocupante da Casa Civil, Dilma deve estar mexendo seus pauzinhos para evitar que questões ambientais tirem a Engevix do rentável mercado energético brasileiro, que não pára de crescer”¹³. Do lado ambientalista, a assinatura de um T.A.C. aliviou em parte a derrota. Em fins de Novembro, quando a 1ª. Turbina começou a virar, uma das lideranças da Rede Mata Atlântica, com papel destacado no embargo da LO e no TAC, a catarinense Miriam Prochnow recebia um Prêmio de Conservação Ambiental da Ford Foundation e declarava¹⁴: “Não pode haver mais Barras Grandes no Brasil. É preciso esmiuçar a fantástica fábrica de EIA-RIMAs, se antecipar para impedir que a fraude se repita. Em 02 de fevereiro de 2006, a 2a. turbina foi acionada, os atingidos permaneciam acampados e protestando nas cidades próximas; no dia 15, a corda estica durante manifestação pelo cumprimento dos itens do acordo feito com os atingidos, em frente ao escritório da empresa na cidade de Anita Garibaldi, cinco deles são presos. No site do MAB, a descrição é dura: “Os policiais desceram dos veículos e imediatamente partiram pra cima de 400 pessoas que se concentravam em frente aos escritórios da Baesa..., e do fórum da cidade, onde minutos antes, quatro agricultores foram presos acusados de ameaça, cárcere privado e seqüestro. Na ação policial, 20 pessoas ficaram feridas com bala de borracha e destroços de bombas de gás lacrimogêne.”¹⁵ Os quatro primeiros presos foram libertados dia 17, o líder do MAB, Sartori no dia 20. O Baesa continua alimentando a mídia com releases sobre o investimento de 550 milhões de dólares, prometendo rodar a 3ª. Turbina em Maio de 2006.

3. Nas barrancas do Rio Doce, MG e ES, o “surto hidrelétrico” Na região do Vale do Rio Doce fica a maior concentração, no país, de buracos, crateras, túneis e movimentações de terras resultantes da mineração de ferro, manganês, bauxita, e de pedras valiosas, além do ouro que se busca por ali desde o século XVIII. As usinas hidrelétricas pioneiras no alto rio Doce e nas vertentes vizinhas, da bacia do alto rio das Velhas foram feitas, há um século, um pouco menos, para a ampliação da mineração e da metalurgia. O rio Doce se forma pela junção do Piranga e do Mainart, que recebe também o Ribeirão do Carmo, entupido da areia e terra das escavações seculares em torno de Ouro Preto e Mariana. Logo após essa junção, o “eixo” Baú I, entre as altitudes 328 e 367 metros, 110 MW, leiloado em 2001, foi obtido pela tradicional empresa elétrica Cataguases Leopoldina, que detém há décadas o mercado da Zona da Mata de MG. Rio abaixo bem perto fica o eixo Candongas, obtido em 1999 pela CVRD e Alcan, atingindo os mesmos municípios de Santa Cruz do Escalvado e de Rio Doce. O desnível de projeto era entre as altitudes 277,7 metros e 327,5 metros, a potência de 95 MW, posteriormente elevada para 140 MW.

No início da planície do rio Doce, foi leiloado em dezembro de 2005 o eixo Baguari, o primeiro dos dezessete previstos a obter a L.P.¹⁶ A barragem ficaria cerca de 170 km rio abaixo de Candongas e outro tanto rio acima de Aimorés. Com um degrau de 18 metros, inundaria uma área de 14 km², relativamente

pequena para uma potência de 140 MW, e mesmo assim, na L.P. o Copam colocou 60 condicionantes a serem resolvidos pelos sócios Neoenergia, Furnas e CEMIG. O próprio EIA diagnosticou interferências na captação de água do rio Doce destinada às cidades de Alpercatas e de Governador Valadares, e também na irrigação e na piscicultura. No último degrau possível de barramento do rio Doce, já no ES, fica a usina Mascarenhas, com represa na cota 60,8 metros, que é praticamente a mesma cota de saída da usina de Aimorés, inaugurada na passagem de ano 2005-2006, cuja represa chegou à altitude 90 metros. Dali para rio acima, até o eixo Baguari, estão inventariados mais três eixos bem próximos, um deles com degrau de apenas 7 metros (entre as cotas 105 e 112) chamado Crenaque, nome de uma nação indígena tradicional das barrancas do rio Doce. Nos afluentes do rio Doce, várias usinas funcionam, antigas como Peti e Amorim no rio Piracicaba, novas como Emboque no rio Matipó, da empresa Cataguases Leopoldina, como Porto Estrela no rio Santo Antonio, eixo obtido na concorrência 002 de 1996 da ANEEL pela sociedade formada por CEMIG, CVRD e a têxtil Coteminas, do vice presidente José Alencar.

3. 1. Aimorés [municípios de MG : Resplendor, Itueta e Aimorés e do ES: Baixo Guandu] O antigo eixo inventariado e estudado pela Cemig acabou sendo aproveitado por uma associação entre a estatal elétrica mineira e a já privatizada CVRD, aliás, a comandante de fato de quase todo o rio Doce, suas barrancas e terras ribeirinhas, por onde passa a importante ferrovia Vitória a Minas. O projeto previa barrar o rio Doce acima da cidade de Aimorés, inundando 3.300 hectares ou 33 km², afogando totalmente a cidade de Itueta, com mais de 2 mil habitantes. O fluxo de água ali represada seria desviado por 8 km de canais até Baixo Guandu, ES, onde ficaria a usina com três máquinas de 110 MW. Foram ao menos cinco anos de briga, confusões, equívocos, injustiças cometidas nas indenizações e nos reassentamentos, na construção e ocupação da Nova Itueta, na operação das travessias do rio, e agora, da represa, a construção ou reconstrução de estradas. Itens que foram objeto de negociações e de termos de compromisso, estavam quase todos atrasados quando se decidiu formar a represa. Em julho de 2005 a água subiu até a cota 84 metros; com o trancamento do rio em plena estação seca, as conseqüências foram ainda piores: “... *com o desvio total das águas do Rio Doce, apenas a água do Rio Manhuaçu continua passando pela cidade de Aimorés, ... uma imagem tétrica: um imenso esqueleto, com perto de 400 metros de largura*”¹⁷.

No site do MAB, registra-se um tipo de contra-informação operada com o biombo da “cobertura jornalística”: “*Moradores de Aimorés relatam, por exemplo, que o Jornal Estado de Minas fez uma matéria com eles, que até hoje não foi veiculada. E uma equipe do Globo Repórter visitou pelo menos 5 barragens no Brasil, entre elas Candonga e Aimorés, preparando matéria sobre os impactos ambientais e sociais das barragens, que até o momento não foi ao ar*”. Simples: os depoimentos são vistos por quem interessa, as empresas. Os moradores temiam, com razão, o rebaixamento do lençol freático nas margens do rio, os riscos para as casas, por causa de acomodação do solo, e a proliferação de mosquitos. Sabendo que estava para ser concedida a L.O. para a segunda fase do enchimento, cota 90, o movimento de atingidos passou a exigir o

cumprimento dos condicionantes que haviam sido prescritos nas licenças anteriores. No último dia do mês, índios Krenak bloqueiam a estrada de ferro Vitória-Minas perto de Resplendor. Na nota do consórcio CVRD-CEMIG publicada no dia seguinte, vem o álibi: ... *a área indígena em questão não sofreria impactos físicos com a implantação da usina, uma vez que o remanso do reservatório possui distância aproximada de 11 quilômetros em relação ao limite da aldeia.*¹⁸ Dois dias depois, ordem judicial obriga aos índios a desbloquear a ferrovia. Vinte dias depois, é informada a “vitória”: *O IBAMA concedeu na última quinta-feira, 22 de dezembro, licença de operação para a hidrelétrica Aimorés...O Ibama impôs 43 condicionantes específicas para emitir a licença. A licença tem validade de quatro anos e depende do cumprimento das exigências*¹⁹. A represa do rio Doce começou no dia 26 de dezembro a subir acima da cota 84, e, no dia 30, chegou aos 90 metros. A operação comercial iniciou em 04 de janeiro, com 140 MW de potência.

3. 2. Candonga [municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, na Zona da Mata de MG]

Nos preparativos para sua inauguração em setembro de 2005, a hidrelétrica Candonga foi rebatizada como Dona Risoleta Neves (viúva do ex-presidente Tancredo Neves e avó do atual governador Aécio Neves). Meses antes, a metalúrgica canadense Alcan, que opera em Ouro Preto (a 100 km da nova usina) a mais antiga fundição de alumínio, havia sido rebatizada *Novelis*. No leilão 003/1999, o eixo havia sido concedido para uma potência de 95 MW; em 2002 foi aprovada uma ampliação para 140 MW, a um custo estimado de 95 milhões de dólares. O site do MAB registra a penúria das famílias²⁰ e os esquemas de intimidação e prevenção contra protestos na solenidade, na presença de governador, ministro e empresários. A caminhada dos manifestantes desde o trevo da cidade de Rio Doce parou na guarita da usina; ônibus da UF de Viçosa foi também barrado.

4. Irapé [municípios de Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Turmalina, Grão Mogol, Cristália e Botumirim, Noroeste de MG] O vale do Jequitinhonha foi logo inserido na era da mecanização com as engenhocas do garimpo e as usininhas elétricas pioneiras no início do rio e de seus formadores, perto de Diamantina. O rio principal entra na era dos mega projetos nos leilões de 1998, com o eixo Itapebi, 450 MW, um degrau entre as altitudes de 320 m e 110 m, usina inaugurada em 2003, e com o eixo Irapé, 360 MW, entre as cotas 331 e 510 metros, o qual formaria represa de 137 km². A CEMIG dizia na época que seriam afetadas 742 famílias em 47 comunidades; sete anos depois, quando subiu a represa, a realidade era bem outra: foram desalojadas mais de 1.100 famílias, mais de cinco mil pessoas. No leilão 003/ 2000, foi a vez do eixo Murta, 120 MW com a represa na mesma cota de saída de Irapé, 330 metros, e um desnível de 42 metros, podendo atingir cerca de 900 famílias, outro contingente próximo de cinco mil pessoas.²¹

Pela informação oficial do inventário hidrelétrico nacional, em 2003,²² havia ainda sete outros eixos possíveis no rio Jequitinhonha e mais quatorze inventariados nos três principais afluentes Itambiruçu, Vacaria e Araçuaí. Irapé representa uma briga de quinze anos desde que foi anunciado o projeto pela 1ª vez, quando um dos personagens mais influentes na região e no Estado de MG era o governador Newton

Cardoso. No consórcio construtor contratado pela CEMIG, estavam as experientes Andrade Gutierrez e CNO -Odebrecht, a Hochtief, uma fatura total de 580 milhões de reais, cifra que incendiou os discursos: “somente” aquele tipo de progresso – usinas hidrelétricas e eucaliptais para carvoejamento e celulose - afastaria a miséria do Jequitinhonha, “Vale da miséria”. O messianismo forjou a expressão “usina salvadora”, de autoria do então presidente da Academia de Letras de MG, Murilo Badaró, conhecido braço político da ditadura. Detalhe: seu discurso em final de Abril de 2002, foi para pressionar o Copam que dali uns dias emitiria a L.I. da Irapé. O historiador Marcio SANTOS assim resumiu o choque cultural: *A construção da barragem de Irapé representará a edificação de uma catedral tecnológica, sob a qual submergirão para sempre os elementos materiais e imateriais que produziram, na região, um determinado modo de vida e de expressão simbólica das populações que sucessivamente a habitaram. Em alguns meses, prazo de enchimento do reservatório, ocorre a supressão de uma paisagem que se vinha construindo ao longo de séculos de ocupação humana – aliás, os efeitos dessa supressão, pode-se dizer, iniciam-se antes mesmo do enchimento, já que a anunciada remoção dos lavradores interrompe os cultivos algum tempo antes do reassentamento das famílias.*²³

A formação da represa, prevista para novembro de 2004, só começou em 08 de dezembro de 2005, mesmo assim atropelando uma liminar da véspera, da 21ª Vara Federal que impedia o fechamento do túnel de desvio enquanto não estivessem cumpridas as cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta e da L.I. Cinco dias após o início do enchimento, uma carta aberta da entidade regional Campo Vale à Procuradoria e à FEAM menciona a perda de patrimônio de moradores, por falta de um esquema de transporte a tempo, para fora da área alagada: *“...quase 1.000 peças de aroeira, prensa de Mandioca, telhas, postes, moto-bomba... O quadro geral é de desolação....bois e vacas aos montes passam boiando nas águas,... além da falta de pasto preparado na comunidade de destino... A população remanescente está em estado de cerco e apreensão devido à superpopulação de cobras, escorpiões e outros animais peçonhentos que rondam seus quintais e adentram pelas casas”.*

5. Corumbá IV [municípios Luziânia, Sto Antonio Descoberto, Alexânia, Abadiânia, Silvânia, Anápolis, GO]

Entre a foz do rio Corumbá no Paranaíba (GO/MG) e a Serra dos Pirineus onde nasce, havia quatro eixos inventariados: Corumbá I perto de Caldas Novas com 300 MW (CELG e depois Furnas, operando); o eixo IV com 127 MW foi leiloadado em novembro de 2000, adquirido por um consórcio formado pelas estatais goianas CELG e SANEAGO, pela autarquia de água e esgoto do DF, a CAESB, e a ex-estatal de eletricidade de Brasília, a CEB(grupo Rede). Ficou clara a outra intenção do projeto: assegurar o fornecimento de água para os imensos aglomerados, cidades e loteamentos novos da área metropolitana de Brasília, pertencentes ao DF e ao Estado de Goiás.

A represa com área prevista de 173 km² ficaria na cota 842 m, com desnível de projeto de 70 metros, e na cota inferior começaria praticamente a represa do eixo Corumbá III, 94 MW que foi a leilão um ano depois. O “final da novela” da implantação de Corumbá IV, entre fins de 2004 e agora, 2006, teve

episódios graves como o fechamento precipitado do túnel de desvio, iniciando o enchimento da represa, estando o paredão da barragem ainda em obras! e a estrutura de vertedor também incompleta, não operacional. “Novela” que foi acompanhada pelos promotores e procuradores em Goiânia e em Brasília, e, até fins de 2005, analisada na tese de doutorado de ALVES, J.M. 2005. Em 21 de janeiro daquele ano, o Juiz Federal da 6ª Vara de Goiás autorizava em liminar, o enchimento até a quota 834 m; em fevereiro, a água estava a poucos metros da cota autorizada e o paredão ainda não estava pronto. Em 04 de março, o M.P.F. de Goiás recorreu ao Tribunal Regional Federal em Brasília, pediu a revogação daquela liminar, negada em 30 de março. No final do ano, a represa praticamente cheia, ainda estavam em obras os remanejamentos de um trecho do oleoduto Osbra da Petrobras, e de uma estação municipal de captação de água. O Ibama acabou concedendo a L.O. provisória, com validade de três meses, com trinta e quatro condicionantes, novamente...Em fevereiro de 2006, com a benção dos governadores Perilo, de Goiás e Roriz do DF, fizeram uma inauguração simbólica, segundo o jornal Correio Brasiliense.²⁴

6. No Paraíba do Sul, os projetos Itaocara, Simplício, Cambuci, Barra do Pomba (RJ e MG)

Rios da bacia do rio Paraíba do Sul foram os primeiros a serem barrados no país, ainda no século XIX perto de Juiz de Fora, MG e de Pindamonhagaba, SP. No século XX, vários eixos foram aproveitados nos afluentes paulistas, fluminenses e mineiros. Depois vieram as mega-obras Paraibuna, SP, Funil e o sistema Piraí –Lajes que transpõe parte da água para o Guandu, no RJ, mais as represas reguladoras em Santa Branca e Igaratá, SP. No ano de 1987 anunciaram a possível construção de mais uma usina em Itaocara, em território noroeste fluminense, próximo da foz do rio Pomba e da divisa com MG. Grupos de moradores das áreas ameaçadas passaram a se organizar, levaram reivindicações à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 1988. A história da tentativa de implantação desse projeto pode ser resumida em “encontros e desencontros” (SILVA, CARMO, FERREIRA, 2004). Com degrau de 38 metros entre as altitudes 64 e 102 metros, 195 MW, integrou o leilão 003/2000 da ANEEL, o contrato foi arrematado por uma filial da Light Rio, e, catorze anos depois, manifestantes voltaram ao RJ para protestarem frente ao BNDES. O canteiro de obras não começou até hoje. Na cesta de projetos previstos para o leilão de 2005, o rio Paraíba do Sul iria ser barrado em três novos pontos; mas apenas o maior deles, Simplício, com 330 MW obteve a L.P., outorgada pelo Ibama (fica na divisa RJ-MG).²⁵ A represa ficaria na cota 255 m e rio abaixo do desnível de 85 m, fica o reservatório da usina Ilha dos Pombos. Segundo a ambientalista Telma Monteiro²⁶, “416 famílias precisarão ser desalojadas, 26 km de estradas serão afetadas, além de 237 propriedades e 208 instituições, entre igrejas e escolas”. Outra reportagem alerta sobre a extinção de peixes causada pelas várias barragens já existentes ao longo do rio Paraíba do Sul.²⁷ A construção de Simplício está estimada em 1,2 bilhões de reais e a empresa Furnas tenta obter financiamento do BNDES. No entender da ANEEL, no próximo leilão, devem constar as duas concessões

ausentes do leilão de Dezembro: Cambuci e Barra do Pomba (as quais não constavam, pelo menos com esses nomes, dos diagramas topológicos do inventário feito pela Eletrobrás em 2003, já citado). Parecer elaborado em outubro de 2005 pela Equipe SETMACS / IPPUR, UFRJ demonstra a inviabilidade econômica e ambiental dos dois projetos e a precariedade dos EIA's apresentados.

7. No rio Tibagi, os projetos São Jerônimo, Telêmaco Borba, Mauá .. Entre as altitudes 770 m e 343 m, sete aproveitamentos estão inventariados: Santa Branca, Tibagi, (logo abaixo, existe a usina Presidente Vargas), Mauá, Telêmaco Borba, São Jerônimo, mais Cebolão e Jataizinho. Os eixos Telêmaco Borba, 120 MW e Mauá, 388 MW estavam previstos para participar do leilão 002/2005, mas ficaram fora; o primeiro teve o licenciamento solicitado, mas como afirma Rasca Rodrigues, presidente da IAP (Instituto Ambiental do Paraná), o projeto de Telêmaco Borba atingiria uma área indígena, e por decisão política não será analisado durante o governo Requião²⁸. O eixo Mauá obteve a L.P., porém o M.P.F. e a entidade Liga Ambiental entraram com ação civil na Justiça Federal em Londrina com liminar que excluísse o empreendimento do leilão e ainda reivindicando que a ANEEL não mais leiloasse eixos no rio Tibagi. De acordo com as notícias recentes, a ANEEL conta com a volta dos projetos para o leilão de 2006. O projeto São Jerônimo, de 330 MW, leiloado em 2001, está sendo implantado por um consórcio com participação da COPEL e estava previsto oficialmente para entrar em operação em 2005, fato que não ocorreu²⁹. A estatal paranaense havia manifestado interesse nos eixos de Mauá e Telêmaco Borba, assim como nos eixos Salto Grande do rio Chopim e Baixo Iguaçu, PR.

8. No Rio Iguaçu, PR, o eixo Capanema rebatizado; no afluente Chopim, o projeto Salto Grande. O rio Iguaçu já barrado por grande usinas em Foz do Areia, Segredo, Salto Santiago, Salto Osório, Caxias, ainda teria um aproveitamento possível antes das famosas Cataratas: antes se chamou Capanema e foi derrotado por grandes manifestações populares em 1983-84, agora é Baixo Iguaçu, eixo vizinho ao Parque Nacional do Iguaçu. Previsto para entrar no leilão de 2005, e com audiências públicas marcadas pelo IAP, agência ambiental estadual, foi paralisado após a ONG Terra de Direitos peticionar o cancelamento das audiências, acatado pelo juiz. O EIA feito pela Engevix era muito precário, no entender do próprio IAP, mesmo assim seu presidente se esquivava: *“Os moradores vão saber o que está faltando, e a audiência é a forma direta que eles têm de expressar o que acham que está errado”*³⁰. Também a ONG Liga Ambiental entrou com petição de uma ação civil pública para impedir a concessão da L.P. e citando à omissão do IBAMA: a obra seria construída a apenas 600 metros de distância do Parque!

O rio Chopim principal afluente esquerdo do Iguaçu tem vários eixos inventariados e algumas usininhas funcionando, e um “ complexo” São João / Cachoeirinha”, com 105 MW leiloado em 2001 e

com o canteiro paralisado; no leilão de 2005, era previsto entrar o eixo Salto Grande, mas não entrou; poucas informações foram encontradas sobre estes três projetos.

9. Rio Ijuí, RS, projetos Passo São João, Passo São José

Dois aproveitamentos do rio Ijuí foram leiloados em dezembro passado. Passo São João, com 77 MW teria uma represa de 20,60 km² e Passo São José, com 55 MW alagaria 23,46 km². Os “releases” do governo estadual³¹ informam que a futura operadora de Passo São João, a Eletrosul ainda estatal, está buscando financiamento do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - para 70% do investimento. A eletricidade futura do projeto São José foi contratada pela empresa de engenharia Alusa, a um valor de 115,8 o MW/h, o mais alto valor dentre os valores contratados no último leilão, estimando-se o investimento em R\$ 230 milhões. O discurso do governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, é o clichê da atualidade:³² *“Todo investimento que chega ao Estado é bem vindo, ainda mais no setor energético”* e o do diretor da empresa também: *“São José é uma obra importante e de baixo impacto ambiental”*. Na ação civil pública ajuizada pelo Núcleo Amigos da Terra Brasil contra a FEPAM, por causa das L.P.s de São João e São José, o argumento buscado é o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de Barra Grande, onde se previa que nenhuma licença fosse dada na bacia do rio Uruguai *“até que seja feita a avaliação ambiental integrada de toda a bacia”*. Uma sentença liminar de 20 de outubro de 2005 invalidava as L.P.s, a qual foi suspensa em 07 de dezembro, e os projetos foram a leilão dia 16.

10. Rio Tocantins e seu formador Tocantinzinho (GO) A L.P. para o eixo Ipueiras no Tocantins foi negada pelo IBAMA meses antes do leilão 002/2005 considerando a inviabilidade ambiental do projeto, que alagaria 1.066 km² atingindo áreas de preservação. Três meses depois do leilão, parece que o presidente da República se convenceu. Ou talvez aliviando de um lado, para poder facilitar de outro - o projeto Estreito, maior, já leiloado e agora dependendo da L.I.: *“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem no lançamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, em Brasília, que foi “convencido” de que o País não precisa construir a hidrelétrica de Ipueiras, no Tocantins (de 480 megawatts)”*³³.

O rio Tocantins caminha para ser um dos grandes rios mais barrados no país: Serra da Mesa, Canabrava, Lajeado e Tucuruí já operam, Peixe Angical e São Salvador estão em fase de obras, depois de muitas dificuldades na obtenção da L.I. O mega-projeto Estreito, leiloado em 2002, a ser feito por uma coligação de empresas eletro-intensivas já operando na região Norte (CVRD, Alcoa, Billiton e outras) aguarda a concessão da L.I. pelo Ibama, e nos municípios ameaçados de TO e MA, a disputa política, social, ambiental, e os desencontros se prolongam, com razão, pois são esperadas muitas conseqüências negativas para vilarejos, cidades, áreas indígenas, além de muitos moradores ribeirinhos.

O eixo Mirador, no rio Tocantinzinho, um dos formadores do Tocantins em Goiás, estava previsto entrar no leilão de 2005, apesar de localizado em área de eco-turismo no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e de outras unidades de conservação ou reservas particulares. Uma dessas assim se expressa: *“O reservatório ora projetado para a UHE Mirador inundaria o rio dos Couros até a confluência do córrego Lajeado, no limite sul da RPPN Campo Alegre, afetando diretamente os recursos presentes e acarretando efeitos nefastos a montante, em ambos os cursos d’água e seus respectivos tributários. Ademais, comprometeria o corredor do rio Tocantinzinho a jusante, incluindo a RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas, em implantação acima do remanso do lago de Serra da Mesa(...).”*³⁴

11. No rio Claro, os projetos Foz do Claro, Itaguaçu e a dupla Caçu / Barra dos Coqueiros

No sudoeste goiano, os eixos do Rio Claro vêm sendo rapidamente leiloados, e os problemas se avolumam (ALVES, J.M.2005). Primeiro foram Caçu e Barra dos Coqueiros, leiloados em 2002, as duas prendas juntas, num “pacote” de 155 MW adquirido pela metalúrgica Alcan, agora Novelis. Prosseguem sem iniciar o canteiro de obras. Em 2005, incluíram Foz do rio Claro e Itaguaçu. De acordo com a L.P. outorgada para iniciar o projeto Foz³⁵, a empresa Alusa terá que cumprir vinte exigências, incluindo revisões técnicas e cartográficas, e as certidões de Registro dos Imóveis comprados na área de implantação da barragem. O projeto Itaguaçu que sepultaria um belo trecho de cachoeiras e arquipélagos do rio Claro, não obteve a L.P. da AGEMA (Agência goiana de meio ambiente). A agência noticiosa da área de energia, em outubro, já informava que o projeto Itaguaçu estava fora do leilão³⁶. A mesma agência passa adiante a mudança de disposição da Novelis, diante dos problemas no “Complexo” Caçu e Coqueiros (...) *vai rever seu estudo de impacto ambiental e os procedimentos para obter a licença prévia*”³⁷.

12.. Rio São Marcos, GO e MG: projeto Serra do Facão inconcluso e Paulistas leiloado

O rio São Marcos, afluente do Paranaíba na divisa GO/MG tem vários eixos inventariados, o primeiro dos quais, leiloado em 2001, Serra do Facão, 210 MW , arrematado por um consórcio de mega-empresas eletro-intensivas, Alcoa, CVRD e outras. Até hoje o canteiro não iniciou e há oposição ponderável ao projeto na região de Catalão e Davinópolis, apoiada no M.P.F. e na disposição de professores da UFGO, campus Catalão e da Associação de Geógrafos Brasileiros. Há razões de outra ordem complicando a implantação, p. ex., as apontadas pela colunista Miriam Leitão: *“As licenças ambientais são sempre acusadas de impedir a construção de hidrelétricas necessárias. De fato, há várias aguardando licença. Mas há projetos com licença ambiental aprovada que não saem do papel à espera de que o governo resolva um nó regulatório, criado pela decisão do governo Lula de mudar radicalmente de modelo elétrico. Estão nesta situação São Salvador, Serra do Facão, Salto Pilão e Foz do Chapecó. (...) Se o governo se dedicasse a resolver as pendências, essas dez hidrelétricas poderiam ser construídas”*³⁸. No dia seis de dezembro de 2005, o projeto Paulistas, imediatamente rio acima da Serra do Facão e que também alagaria terras

goianas e mineiras, obteve do Ibama uma L.P. com extensa lista de 33 condicionantes exigidos pelo Ibama, e foi arrematado por Furnas. O conflito “Serra do Facão” deve se ampliar com o eixo Paulistas.

13. No rio Aripuanã, MT, o projeto Dardanelos O rio Aripuanã, importante afluente do Madeira, no noroeste de MT, tem vários eixos inventariados, e a ANEEL decidiu incluir um deles, localizado na cachoeira dupla de Dardanelos e Andorinhas, no leilão de dezembro de 2005. Horas antes do leilão, o juiz Jeferson Schneider acolheu o pedido do Ministério Público e excluiu o projeto de Dardanelos do leilão³⁹. A construção da usina naquele ponto adulteraria bastante as cachoeiras numa região que está habilitada a receber R\$ 250 milhões em investimentos, do Programa Federal de Desenvolvimento do Ecoturismo. Para complicar a situação, o governador do Estado, Maggi, integra o “lobby” pró-usina, além de ser ele mesmo dono de empresa de eletricidade: *“Em nosso governo, o problema (do licenciamento) terá tratamento técnico, não podemos deixar que discussões apaixonadas impeçam o desenvolvimento do Estado. Vamos crescer, sim, com respeito à legislação ambiental, mas não vamos tolerar posições radicais de quem quer que seja”*⁴⁰. A L.P. não concedida depois de uma disputa judicial, de assessoria técnica e uma verdadeira batalha de mídia que durou mais de ano, parece não ser um empecilho para a ANEEL que continua considerando o eixo viável, e diz que vai entrar no leilão de 2006.

14. No rio Paraopeba, MG o projeto Retiro Baixo Na reta final, a poucos dias da data do leilão de dezembro, o projeto Retiro Baixo obteve a L.P., outorgada pelo COPAM, contrariando Parecer Técnico da agência ambiental FEAM. Conforme notícia na rede eletrônica GT - Energia do Fórum das ONG’s brasileiras (FBOMS), em 31/10/2005, questões enfatizadas no parecer deviam ter sido dirimidas antes que a L.P. fosse aprovada: a baixa qualidade do EIA apresentado, graves repercussões para a ictiofauna do rio Paraopeba, que conflui no São Francisco logo abaixo do eixo, na represa de Três Marias; a falta de dados sobre a existência da tribo indígena Caxixós nas proximidades da represa. Após discussões acaloradas na Câmara do COPAM, a L.P. foi aprovada com vários condicionantes, inclusive a propósito da aldeia indígena. O episódio acabou acarretando afastamento de técnicos e desestruturação deliberada de equipes dentro da agência ambiental. A empresa vencedora do leilão, Orteng, um mês e meio depois repassou 49% do investimento (200 milhões de reais) e a responsabilidade da futura operação para Furnas. Antes dessa concessão, no mesmo leilão de dezembro de 2005, Furnas já havia vencido ou participado em consórcios vencedores para as concessões de Simplicio, RJ, Paulistas (GO/MG), e Baguari (MG)⁴¹.

Comentários finais: Um registro recorrente na leitura dos vários casos é que os comandantes da indústria elétrica, do governo e da ANEEL têm convicção de que... *“é tudo uma questão de tempo”*. Exemplo: os eixos Dardanelos, Mauá, Baixo Iguaçu, Mirador não conseguiram ir a leilão em dezembro, mas *“vão entrar”* no 1º leilão de 2006, marcado para Maio. Talvez pudéssemos generalizar: se assim é, valeria para todos os eixos inventariados, pois...um dia serão leiloados, e...um dia serão construídos.

Teoricamente, a atitude de tais dirigentes e porta-vozes representa uma negação da finitude do modelo de expansão adotado, uma negação da escassez crescente de aproveitamentos possíveis, enfim, uma recusa do reconhecimento, [que seria salutar se houvesse] do aumento dos “fracassos”.

Outra linha conclusiva é de que a implantação final das usinas só funciona na base do atropelo, “*passando trator*” como se diz na gíria; até os juízes que por ofício deveriam ter como incriminar essas faltas, acabam mentindo em seus despachos, ignorando situações ostensivas, à luz do dia.

No caso Campos Novos, a frase final do despacho do juiz é: “...*a construção da hidrelétrica já implicou gastos públicos de monta e seu funcionamento se revela indispensável ao desenvolvimento da ordem econômica. Nesse contexto, a paralisação do empreendimento efetivamente causa lesão à ordem administrativa e à economia pública*”⁴².

Sempre que “necessário”, os atingidos e os ambientalistas são caluniados como delinquentes, seu movimento é “demonizado”, alguns são processados judicialmente; e os promotores e procuradores se tornam “empecilhos ao setor elétrico”. Poder-se-ia imaginar que os finais das obras no período Lula-Alencar fossem menos difíceis do que durante os governos federais anteriores, até porque boa parte do movimento de atingidos é de eleitores e quadros petistas. Em outubro de 2004, reconheceram o impasse: “*O Governo Federal apesar de diálogo e discurso de defensor dos direitos sociais, não toma atitudes concretas para mudar esta situação. Pelo contrário, sinaliza construção de mais barragens.* (carta MAB, cit)

Os empresários também vão afiando sua retórica, como se vê em coluna assinada pelo presidente de uma associação de auto-produtores de eletricidade, justamente, essas grandes empresas eletro - intensivas aqui mencionadas: “*Existem grupos contra a energia nuclear, contra o uso das térmicas de qualquer tipo (a carvão, a óleo combustível e a gás natural) e agora sabotam uma hidrelétrica como a de Barra Grande, construída com grande sacrifício e que custou muito dinheiro..... os empreendedores estão sendo ameaçados pelo MAB, embora venham adequadamente cumprindo os acordos firmados para mitigar os impactos sociais causados pela construção da usina*”⁴³. Esses mesmos empresários se sentiram reconfortados quando ocorreu a grande mudança ministerial desse governo, após a saída do então Chefe da Casa Civil, José Dirceu: “*A avaliação é que ela (ministra Dilma Roussef) será uma aliada da indústria em questões que envolvem outros ministérios, p.ex. a concessão de licenças ambientais, um calcanhar de Aquiles do segmento*”⁴⁴.

De todo modo, terão que se cuidar melhor na ocasião dos licenciamentos, pois na lei 11.284, de 02 de março de 2006 (a da “reforma florestal”), foi introduzido novo crime, penalizado com prisão, na famosa lei de Crimes Ambientais, de 1998: *Elaborar ou apresentar, no licenciamento... estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão.*⁴⁵

Notas de referências e transcrições:

- ¹ Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, uma das instâncias mais poderosas do MME – Ministério das Minas e Energia (criado nos anos 1960), e que já vinha desde a 1ª República vinculado ao Ministério da Agricultura.
- ² Grupo Coordenador da Operação Integrada (do sistema elétrico interligado); Comissão Central de Planejamento da Expansão (elétrica); Agência Nacional de Águas; Operador Nacional do Sistema elétrico.
- ³ *Vermelho- amarelo- verde* é o jargão criado em Brasília para indicar como avança cada usina já licitada, diante de um fantasioso sinal em que em o *vermelho* é sempre transitório e o *verde* um dia aparecerá.
- ⁴ matéria do Valor Econômico on –line (maio de 2005).
- ⁵ MEDEIROS, J.de Deus, *Uruguai: um rio em estado de choque* no site: www.apremavi.com.br 01.02. 2006.
- ⁶ “Justiça paralisa licenciamento da Usina Barra Grande...” matéria no site www.socioambiental.org, 29.10.2004.
- ⁷ *MAB e Enercam tentam novo acordo para indenizações* reportagem de A Notícia, Florianópolis, 15.09.2005.
- ⁸ *Acampamento de mil pessoas recebeu relatora da ONU* no site www.mabnacional.org.br, dez 2005.
- ⁹ “Justiça paralisa licenciamento da usina de Barra Grande aprovado irregularmente” site www.socioambiental.org 29.10.2004.
- ¹⁰ *Você decide* Miriam Leitão Panorama Econômico, Jornal O Globo 24 nov 2004.
- ¹¹ Agência Canal Energia, 08 de abril de 2005.
- ¹² FORTES, Renata e RAMME, Rogério “O legítimo interesse público que deve prevalecer no caso da hidrelétrica de Barra Grande” apres. No II Congresso Internacional Transdisciplinar Ambiente e Direito da PUC/RS, maio de 2005. Publicado também na agência de notícias www.adital.com.br.
- ¹³ “*Livre leve e solta*” artigo de Lorenzo Aldé, site OEco, 04.09.2005.
- ¹⁴ reportagem do site OEco 21.11.2005; ver também a ONG ambientalista do vale do Itajaí www.apremavi.org.br.
- ¹⁵ *PRISÕES ARBITRÁRIAS Cinco agricultores presos e 20 feridos após confronto com a polícia em Santa Catarina* artigo de Eduardo Zen, no site www.mabnacional.org.br 15.02.2006.
- ¹⁶ Licença prévia em: http://arruda.rits.org.br/notitia/reading/oeco/reading/pdf/leilao_baguari.pdf.
- ¹⁷ *Prepotência e convivência na Barragem de Aimorés* no site www.mabnacional.org.br 18.10.2005.
- ¹⁸ “Segundo o consórcio, os líderes indígenas exigem, entre outras reivindicações, que a Fundação Nacional do Índio constitua imediatamente um grupo técnico para a identificação de uma área denominada como Sete Salões como terra indígena Krenak. Além disso, os índios pleiteiam a retomada do diálogo com o consórcio a fim de definir compensações e indenizações devidas em função da obra. Questões referentes à demarcação de terras, diz a nota, são de competência da Funai, e que em nenhum momento suspendeu as negociações com a comunidade indígena” divulgado no site da agência: CanalEnergia.com.br em 01.12.2005.
- ¹⁹ reportagem *Ibama concede licença de operação para hidrelétrica Aimorés*, na Agência CanalEnergia, Meio Ambiente 23/12/2005.
- ²⁰ “Oito famílias reassentadas no povoado do Marimbondo estão sem assistência e com área de terra de apenas três hectares, totalmente insuficiente para se restabelecerem,...mais de 100 famílias de garimpeiros que ainda não foram reconhecidos pelas empresas como atingidas. Em Nova Soberbo, onde moram mais de 120 famílias reassentadas, várias casas já estão interditadas, famílias tendem a ficar em situação ainda mais precária pois as empresas deixaram de repassar cesta básica e ajuda de manutenção. No início deste ano as empresas foram denunciadas na ONU por agressão aos direitos humanos. Está na lista das agressões a destruição de todas as casas de uma comunidade atingida, em um único dia, por quase 100 policiais. Extraído da matéria: *Protesto na inauguração da barragem*. publicado em www.mabnacional.org.br 01.10. 2005.
- ²¹ ZHOURI e OLIVEIRA, pg 55 a 56.
- ²² *Diagramas topológicos dos aproveitamentos hidrelétricos*, [CCPE Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB Grupo de trabalho de informações básicas para o desenvolvimento da oferta] DOMINGUES, CATHARINO (coordenadores), Eletronorte e Eletrobrás, 2003. (obs: considera todos os empreendimentos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica até junho de 2003).
- ²³ SANTOS, Marcio *Irapé: a catedral tecnológica e a supressão de uma paisagem in* Revista eletrônica ComCiência (www.comciencia.br), do Laboratório de Jornalismo Científico da Unicamp, número 62: tema RIOS, no ar fevereiro de 2005.
- ²⁴ *A inauguração da usina hidrelétrica Corumba IV será meramente simbólica*, sitio Correioweb, 04.02.2006.
- ²⁵ Licença prévia acessar: http://arruda.rits.org.br/notitia/reading/oeco/reading/pdf/leilao_simplicio.pdf.
- ²⁶ “*Forçando a Barra*” Reportagem de Andréia Fanzeres no portal “OEco”, 17.12.2005.
- ²⁷ Reportagem de Thais Leitão no sítio Ambientebrasil, 11.10.2005.
- ²⁸ “*Semana decisiva no Paraná na batalha preservação X energia*” dia 26/11/2005 Fernando Martins, da Gazeta do Povo.
- ²⁹ “*Copel manifesta interesse em quatro usinas previstas para leilão de energia nova*” Agência Canal Energia, 17/10/2005.
- ³⁰ “*Sempre ela*”, artigo no site “O Eco”, 03/12/2005.
- ³¹ “*Obras da usina Passo São João começam no último trimestre do ano*” 06/02/2006 site do Governo do Rio Grande do Sul
- ³² “*Usina São José pode gerar energia em três anos*” 01/02/2006 site do Governo do Rio Grande do Sul.
- ³³ Reportagem “*Ibama quer rever projeto de hidrelétricas no Rio Madeira*”, 04/03/2006.
- ³⁴ artigo de Paula Hanna Valdujo e Antonio Tadeu Corrêa Veiga site “RPPN Campo Alegre”: www.aecoap.org.br 05/03/2005.

- ³⁵ Licença prévia, em http://arruda.rits.org.br/notitia/reading/oeco/reading/pdf/leilao_rioclaro.pdf.
- ³⁶ “Edital do leilão terá 13 novas hidrelétricas, mas só cinco têm LP” *Agência CanalEnergia*, Oldon Machado 25/10/2005.
- ³⁷ “Novelis vai aprimorar estudo de impacto ambiental do Complexo Energético Caçu/Barra dos Coqueiros” *CanalEnergia* 17.02.06.
- ³⁸ “Energia no palanque” publicado em “O Globo” reproduzida no site da ABRACEEL, 13/02/2006.
- ³⁹ Notícia publicada no site da ONG “Coalizão Rios Vivos”, no dia 19/12/2005, intitulada “Justiça federal exclui UHE Dardanelos de leilão”. Acessado dia 09/03/2006.
- ⁴⁰ Reportagem intitulada “Fiemt alerta para risco de novo racionamento no Brasil”, publicada dia 09/03/2006.
- ⁴¹ mencionado em *Furnas negocia 49% da usina Retiro Baixo Valor Econômico* matéria de Leila Coimbra, 01.02.06.
- ⁴² (*Suspensão de Execução de Liminar nº 2004.04.01.049432-1/SC*), citado em www.apremavi.org.br.
- ⁴³ A coluna de Mario Menel tem o título de “O setor elétrico não pode conviver com a anarquia”, no site CanalEnergia, 24.02.06.
- ⁴⁴ “Da mesma opinião compartilha o diretor Paulo Ludmer, da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais, que reepresenta 64 empresas que consomem 25 % da energia, e 45 % do gás e do óleo combustível no país: “O ministério (MME) vai atuar mais afinado com a Casa Civil e isso pode significar um avanço”. Matéria de Denise Luna, *Agência Reuters*, 21.06. 2005.
- ⁴⁵ Art. 82. A Lei **9.605**, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts: **Art. 69-A.** Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. § 1o Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos. § 2o A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa."

Bibliografia citada:

- ALVES, J. M. “Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização”. Tese de doutorado em Planejamento Energético FEM / UNICAMP, 2005
- SILVA, C. M. A., CARMO, G.T. e FERREIRA, J.L.B. “Encontros e desencontros do movimento contra a UHE Itaocara”. Informe técnico IPPUR/UFRJ, 2004.
- ZHOURI, A e OLIVEIRA R. “Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos” pp. 49 -64 in ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA (orgs) “A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais”, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ZHOURI, LASCHEFSKI, PAIVA “Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das usinas hidrelétricas em Minas Gerais”, cap.4, pp 85-116 in ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA (orgs) citado acima.